

As camadas da paisagem: lembranças sobre os Saltos de Setes Quedas

Daniella Feteira Soares¹

“Diz-se que a paisagem é um estado de alma, que a paisagem de fora a vemos com os olhos de dentro ...”. José Saramago. *A Caverna*. 2000.

Introdução

Ao chegar à cidade de Guaíra, no oeste do estado do Paraná, o grupo de turistas logo procura por um barco que os leve a passear pelo reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Saindo do cais, passando sobre a ponte que liga esta cidade ao estado de Mato Grosso do Sul, o barco sobe em direção às ilhas do rio Paraná, ao arquipélago de Ilha Grande. Ilhas, praias, lagoas. Depois de um dia inteiro de passeio, já descendo o rio, o grupo, exausto, pergunta ao guia: “E Sete Quedas? Onde ficavam as Sete Quedas?”. O guia aponta em direção ao sul: “Vocês vêem aquela linha de transmissão? Ela marca onde estão as Sete Quedas, agora submersas pelo lago de Itaipu”.

Esta situação é hipotética mas a curiosidade é inata a quem chega a Guaíra e o sentimento de perda, que realimenta a memória sobre Sete Quedas, faz pairar sobre a cidade, ao invés da neblina formada pelas quedas d’água, o passado idealizado e a crença de que com as Quedas a vida na cidade podia ser melhor. Desapontamento e esperança convivem lado a lado e são evidenciados através de depoimentos coletados no final do mês de novembro de 2000², cujos trechos são apresentados neste artigo.

Na antiga página de apresentação do município na Internet, trinta fotos dos Saltos e a chamada: *“A cidade que um dia teve Sete Quedas ainda tem histórias para contar”*. Também na Internet, na página da Ecoparaná³, um link “para relembrar” Sete Quedas. No programa de governo da antiga gestão municipal: planos para a construção de um Museu Holográfico de Sete Quedas. Iniciativas que mostravam Sete Quedas ao mundo.

¹ Geógrafa, Mestre em Planejamento Urbano e Regional, Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional no IPPUR/ UFRJ. E-mail dsoares@ajato.com.br.

² Trata-se do trabalho de campo realizado para a Dissertação de Mestrado *“Paisagem e Memória: dos Saltos de Sete Quedas ao lago de Itaipu”*, apresentada em setembro de 2001 no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob orientação do Prof. Carlos B. Vainer, no âmbito do Projeto “Globalização, Política Territorial e Meio Ambiente – Novas Concepções de Território e Novos Modelos de Planejamento”. Soares (2003) também apresenta resultados da referida dissertação.

³ Empresa vinculada, a época da pesquisa, à Secretaria de Estado do Esporte e Turismo do estado do Paraná.

Mas projetar na mídia uma paisagem que não mais existe para “vender” a imagem de uma cidade? Lamentar por algo que dificilmente ressurgirá das cinzas como *Phoenix*? Estas foram questões que atravessaram a pesquisa ...

O caminho das pedras

O rio Paraná é formado pelo encontro do rio Grande com o rio Parnaíba ainda no estado de São Paulo. Durante seu percurso, recebe as águas de afluentes de grande porte e torna-se caudaloso a medida em que avança rumo ao sul. Na região de Guaíra, a largura do rio Paraná se aproximava dos 4.500 metros. Precipitava-se, então, em uma garganta com aproximadamente 80 metros de profundidade – os Saltos de Sete Quedas.

A “*sétima maravilha do mundo moderno*”, como a Usina Hidrelétrica de Itaipu foi reconhecida internacionalmente, ou a “*maior usina hidrelétrica do mundo*” como é apresentada no *site* da Internet⁴, aproveitou o desnível do rio Paraná entre os Saltos de Sete Quedas e a cidade de Foz do Iguaçu para produzir anualmente cerca de 93.428 GWh (recorde mundial em 2000), correspondentes a 10.636 MW médios. Itaipu é responsável pela produção de 25% da energia elétrica consumida no Brasil.

O reservatório da hidrelétrica formou um lago com 1.350 km², inundando terras dos municípios paranaenses de Guaíra, Terra Roxa, Marechal Cândido Rondon, Santa Helena, Matelândia, Medianeira, São Miguel do Iguaçu e Foz do Iguaçu, do atual estado de Mato Grosso do Sul e do Paraguai. Deslocou cerca de 40.000 pessoas no lado brasileiro, afetou núcleos urbanos, interferiu com a Terra Indígena do Grupo Avá-Guarani e com sítios arqueológicos e locais de interesse histórico, transformou o ambiente aquático em 150 km de rio, “afogou” florestas primitivas e quedas d’água, inclusive os Saltos de Sete Quedas localizados no Parque Nacional de Sete Quedas.

Bachelard (2000: 213) diz que “*o lago é o próprio olho da paisagem, que o reflexo sobre as águas é a primeira visão que o universo tem de si mesmo (...)* ‘Um lago é o traço mais belo e expressivo da paisagem. É o olhar da terra, onde o espectador, mergulhando o olhar, sonda a profundidade de sua própria natureza’”.

Nos séculos XVII e XVIII a elite inglesa, em busca da “paisagem ‘pura’” (Schama, 1996: 536) nivelava colinas inteiras e criava lagos. “*Tratava-se de uma época em que as artes mecânicas vinham alcançando o mais alto nível de engenhosidade em nome do lucro*

⁴ www.itaipu.gov.br

e do prazer. E o embelezamento da paisagem por meio de dispositivos mecânicos constituía a coqueluche do momento”. No século XX, lagos serão formados para o abastecimento humano, para a irrigação, para a geração de energia elétrica. A maior parte dessas “obras” tiveram rebatimentos sociais e ambientais.

No processo de limpeza para a construção do sistema de abastecimento da Cantareira (SP), o discurso dos técnicos ressaltava a necessidade da obra, seu caráter de utilidade pública: “limpar a área para o pessoal da capital beber”. A infra-estrutura dos sítios dos bairros atingidos foi interpretada pelos sitiantes como sendo sujeira (Rodrigues, 1991).

A cidade de São João Marcos (RJ), tombada em 1939 pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, foi destombada em 1941 para a formação do reservatório de Lages, do sistema Light (Paula, 1994 e Soares, 1997). O Parque Nacional de Sete Quedas também foi extinto para viabilizar o projeto da Usina Hidrelétrica de Itaipu⁵. O mesmo processo já havia acontecido com o Parque Nacional de Paulo Afonso, criado em 1948 e extinto em 1968 para a construção de uma outra hidrelétrica.

Dos impactos ocasionados pela formação do lago de Itaipu⁶, os esforços concentraram-se na investigação das implicações do desaparecimento dos Saltos de Sete Quedas sobre o município de Guaíra⁷, sobre seus habitantes. As Sete Quedas foram tratadas como uma *paisagem primária*. Já o lago de Itaipu, formado pelo represamento de água para a geração de energia elétrica, foi considerado como uma *paisagem secundária*. Ambas são socialmente construídas, duas paisagens que se contrapõem e que, se analisadas como um *texto cultural*, podem revelar diferentes concepções de mundo, com múltiplas possibilidades de leitura, como propõe Cosgrove (1998⁸).

A paisagem fala da sociedade na qual se vive e das relações que as pessoas ali estabelecem com a natureza. Este cenário está, portanto, carregado de lembranças históricas, cujo significado é apreendido pouco a pouco. A paisagem é, assim, uma das matrizes da cultura (Claval, 1999: 93).

Mergulhar no lago significa ir à busca de uma dinâmica social encoberta pelas águas que muitas vezes não é plenamente dissolvida. Ao acessar a memória de atores sociais,

⁵ Criado pelo Decreto nº50.665/61, com cerca de 144.000 ha, e extinto em junho de 1981 (Decreto nº86.071).

⁶ Germani (1982) discute os conflitos gerados pelo deslocamento de cerca de 40.000 pessoas, no lado brasileiro, pelo projeto de Itaipu.

⁷ Soares (2001 e 2003) apresenta um pouco da história de Guaíra – “*boca do sertão*”, cidade que apresentava função portuária na década de 1980 e cuja estrutura econômica se aproximava da de Foz do Iguaçu, evidenciando o papel do turismo, apesar das limitações de sua infra-estrutura, que entrará em decadência com a aproximação do fim de Sete Quedas.

⁸ Texto originalmente publicado em 1989.

buscou-se desvendar uma dimensão histórica, social, que a paisagem noticia enquanto portadora de significados, crenças e utopias. Mas, perguntaria Bachelard (2000), os fatos teriam realmente o valor que lhes dá a memória?

O ressurgimento das Quedas no início do ano 2000 alimentou a retomada das discussões sobre o nível de operação do reservatório de Itaipu e reforçou a questão central da dissertação. Mesmo após dezoito anos de seu desaparecimento, o município e seus habitantes continuavam a acionar a imagem das Quedas. Halbwachs (1990) enfatiza a força dos diferentes pontos de referência que estruturam nossa memória e que a inserem na memória da coletividade a que pertencemos (Cf. também, Pollack, 1989). Os monumentos, as paisagens que nos acompanham e que nos fazem relembrar costumes e tradições são *lugares de memória*, segundo Nora (1984). Os *lugares de memória* vivem, portanto, dos significados que lhes são atribuídos.

Poder-se-ia, então, pensar as Sete Quedas como *lugar de memória*?

Como a paisagem cultural não é estática e os valores culturais que ela celebra necessitam ser constantemente reproduzidos para que ela continue a ter significado, perguntou-se: *que significados eram atribuídos a Sete Quedas? Havia, ou não, uma idealização deste patrimônio e do passado vivido pelos guairenses?*

Este artigo resgata algumas das idéias apresentadas na dissertação: apresenta a construção do *Grande Projeto Itaipu*, símbolo da modernidade, monumento ao progresso, e alguns trechos de depoimentos de guairenses, que emprestaram à autora suas memórias sobre Sete Quedas, permitindo a realização de uma discussão sobre *Paisagem e Memória*, conceitos caros à Geografia e à Antropologia e à História.

A usina atrás do morro: a construção de um Grande Projeto

O *Grande Projeto de Investimento* (GPI) é uma das paisagens marcantes do século XX. Caracterizado pela mobilização intensa de elementos como capital, força de trabalho, recursos naturais, energia e território, o GPI encarna a imagem de Fausto que, através da destruição de valores e de modos de vida tradicionais, do domínio da natureza e da criação de novas paisagens, busca construir um mundo novo, grandioso, imponente (Berman, 1996).

Os grandes projetos hidrelétricos modificam paisagens e podem deslocar compulsoriamente milhares de pessoas, rompendo laços entre elas e o espaço, alterando seus modos de vida. Tudo isto ocorre, muitas vezes, de forma dramática, sobretudo para os

que são obrigados a sair de suas terras, a abandonar seu passado, sem muitas vezes compreender o significado de tal mudança e se sentindo, mesmo, como entraves ao progresso.

Discutido desde meados de 1950, o aproveitamento do potencial hidrelétrico do médio curso do rio Paraná implicava numa questão diplomática, geopolítica e relacionada ao direito internacional fluvial, já que a nova utilização das águas – a produção de energia elétrica a partir de um barramento – não tinha, até então, a primazia no plano regional, como a navegação. Até se chegar ao projeto final, inúmeros estudos foram realizados e alguns Tratados entre Brasil, Paraguai e Argentina foram assinados.

O Tratado de Itaipu, assinado em 26 de abril de 1973 entre Brasil e Paraguai, confirmava, em seu Art. 1º, *“o aproveitamento hidrelétrico dos recursos hídricos do rio Paraná, pertencentes em condomínio aos dois países, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guaíra até foz do Rio Iguaçu”*. Este Tratado também criou a sociedade Itaipu Binacional que representaria os interesses do governo brasileiro, via Eletrobrás, como também os do governo paraguaio, via ANDE – Administración Nacional del Electricidad, na realização do aproveitamento hidrelétrico a que se refere o Art. 1º.

Nunca antes no mundo ocorreu episódio igual. Reuniram-se dois países, sem dinheiro, um deles sem mesmo um ceitel para integralizar o capital da sociedade que formaram para construir a maior hidrelétrica do mundo. Dividiram em partes rigorosamente iguais a administração entre duas nações, uma de dois milhões e meio de habitantes e outra de cem milhões, fixando vagamente a ‘negociação’ como procedimento no caso de divergências de interpretação do Tratado. Descreverem minuciosamente a obra de engenharia que pretendem erguer com todas as medidas, espessuras, materiais, local, áreas de inundação, etc. Porém, com a ressalva de não construírem e estudarem outra localização, caso não dê para realizar o trabalho que ficaria condicionado a ‘pesquisas técnicas’ não definidas (...) Tratava-se, portanto, de um projeto de projeto de barragem. (Pereira, 1974: 239 – 240).

O sigilo com o que Itaipu foi tratado ao longo de sua gestação também foi analisado por Pereira (1974: 228):

Os primeiros comentários surgidos na imprensa e no Parlamento criticavam, antes de tudo, o sigilo sobre um dos projetos de maior vulto e importância no futuro do Brasil. Não parecia estar-se preparando uma obra pacífica de genuíno sentido econômico e tecnológico para o desenvolvimento industrial do País. Pelo contrário, escondiam-se as pesquisas, os fatos e os pareceres técnicos, como se fossem peças de plano estratégico para deflagrar uma guerra ou, pelo menos, um golpe (...) Em realidade, não há exemplo de obra que se destine a beneficiar o povo que se possa concluí-la perfeita e cabal, sem sua participação.

As obras de engenharia foram iniciadas em maio de 1975. Em 1978, o canal de desvio do rio Paraná foi aberto, permitindo secar o leito original do Paraná para a construção da barragem principal, em concreto. Em 1982, as comportas do canal de desvio foram fechadas. Era o início do enchimento do reservatório que durou 14 dias.

“Itaipu surgia, portanto, não num ambiente de concórdia e de distensões, indispensáveis a empreendimentos pacíficos, porém numa atmosfera de descontentamento e de temores de represálias” (Pereira, 1974: 117). Itaipu surgia como a usina construída atrás do morro no conto de José J. da Veiga⁹.

Construída sob a égide do regime militar, Itaipu traz em si as contradições do próprio progresso. Para uns, seus números grandiosos¹⁰ representam a capacidade do homem de superar desafios, para outros significou a perda de histórias de vida, de referenciais simbólicos.

Símbolo da modernidade, Itaipu é exemplo de “obra que vai durar para sempre”. Schama (1996) e Cosgrove (1990) destacam que *“a represa e a hidrelétrica colossais eram, para os déspotas modernos, os mesmos emblemas de onipotência que os canais de irrigação do Nilo, para os faraós”* (Schama, 1996: 266), ou das monumentais obras de alvenaria características dos aquedutos que marcaram a paisagem do Império Romano, ou ainda das fontes ornamentais renascentistas: quanto mais altas fossem as *grandes eaux*, maior seria a autoridade real (Schama, 1996: 349). O desejo de expressar o poder via arquitetura monumental por governantes de todos os períodos chega até o fim do século XX, em que, mais do que os governos, são as grandes corporações empresariais as responsáveis pelas construções mais expressivas (Rodrigues, 2001).

Reportagens publicadas em jornais de grande circulação do eixo Rio – São Paulo, entre 1978 e 1992, ilustram a construção de Itaipu como um ato político e ideológico. Os representantes da entidade binacional, através das reportagens, foram os responsáveis pela produção de discursos organizados em torno do acontecimento *Itaipu*. Trata-se, na realidade, da construção de uma memória oficial. Tanto os discursos destes atores, como a

⁹ “A usina atrás do morro”, no livro *Os Cavalinhos de Platiplanto*, de José J. da Veiga, 1959.

¹⁰ A potência instalada da usina é de 12.600 MW, com 18 unidades geradoras de 700 MW cada. Foram gastos 12,57 milhões de m³ de concreto, o suficiente para construir 210 estádios de futebol como o Maracanã. O volume de escavações de terra e rocha em Itaipu é 8,5 vezes superior ao do Eurotúnel e o volume de concreto é 15 vezes maior. www.itaipu.gov.br

maior parte dos textos das reportagens¹¹, estavam comprometidos com o ideário do “Brasil Gigante”, bandeira política nos anos 80, e com o binômio energia/ desenvolvimento.

Os discursos que revelam as percepções do real, portanto, não são neutros. Há de se relacioná-los com a posição de quem os utiliza. Em geral, as estratégias e práticas produzidas tendem a impor uma autoridade à custa de outros, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, escolhas e condutas (Chartier, 1990). Os atores recorrem à construção de alianças de forma a facilitar a disseminação de sua visão de mundo, cuja tendência à reprodução dificulta a transformação do padrão distributivo. Para Bourdieu, qualquer interpretação dos processos sociais deve incorporar

a representação que os agentes têm do mundo social, mas também, de modo mais preciso, a contribuição que eles dão para a construção da visão desse mundo, por meio do trabalho de representação (em todos os sentidos do termo) que continuamente realizam para imporem a sua visão do mundo ou a visão de sua própria posição nesse mundo, a visão de sua identidade social (Bourdieu, 1998: 139).

Vinte anos se passaram e o interessante é que a retórica utilizada à época de Itaipu ainda permanece. Durante a visita ao canteiro de obras da Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães (UHE Lajeado), no estado do Tocantins, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou: “*Essas não são obras que se vêem nas cidades apinhadas de gente, sofrendoras sem dúvida, não são obras que se vêem dentro das universidades, onde se discute as grandes teorias*, mas são obras que fixam e marcam os pilares da construção de um Brasil do futuro”. (Jornal O Globo, 27/05/00, grifo da autora).

A grande barragem deve cumprir, assim, seu papel como monumento moderno, símbolo do progresso, do desenvolvimento, da superioridade, motivo de orgulho nacional (Cf. McCully, 1996). A barragem, como símbolo, grava na paisagem a marca do poder que representa e a força da ideologia a qual serve. É a concreção de uma idéia, de uma concepção de mundo mais sólida que “subjulga” as concorrentes, tornando-se hegemônica.

Como monumento, Itaipu é um legado à memória coletiva, “*um legado ‘criado pela mão do homem’ e por ele edificado para carregar consigo toda uma carga de concepções que o farão símbolo de uma mensagem que quis ser passada, de um aviso, ou instrução que se desejou transmitir*” (Rodrigues, 2001: 592). E um monumento, através de um monólogo do poder transmutado em obra arquitetônica ou escultural, “*fala por alguns*

¹¹ É interessante contrapor o conteúdo dessas reportagens com aquelas que circularam no mesmo período nos jornais paranaenses. Se no eixo Rio – São Paulo o discurso está comprometido com o ideário dominante,

poucos dominantes para uma maioria dominada, da qual a única resposta que se espera deve vir sob a forma de respeito, admiração e até mesmo medo” (Rodrigues, 2001: 592).

Assim é a história de Itaipu e de Sete Quedas: “os sete saltos das Sete Quedas, que um dia o homem sepultou sob as águas em troca de alguns quilowatts” (Ressurgir das Sete Quedas¹², 1988, *apud* Soares, 2001). Contudo, segundo o General Costa Cavalcanti,

Sete Quedas não está destruída, está ‘suspensa’, no sentido de que daqui a algum tempo, que ainda não conseguimos prever (...), a humanidade encontre outra forma de produzir energia que não seja através das quedas d’água, então Itaipu poderá ser aberta, a água fluir da mesma forma que antes e as quedas então ressurgirão intactas. Até melhor conservadas, eu diria (O Estado de São Paulo e Jornal da Tarde, 14/10/1982).

Paisagem e Memória: construções sociais

Se o mundo que nos envolve é construído culturalmente, é portador de valores, então, a capacidade de atribuir significados simbólicos às coisas é a característica que faz a diferença entre o homem e as outras formas de vida. “O homem vive em um universo simbólico” (Cassirer, 1994: 48). O que especifica a condição humana, portanto, é o fato de que o homem vive de acordo com um sistema simbólico que ele mesmo formulou, naquilo em que ele – o homem – é único.

Para Chartier (1990), a tarefa de identificação do modo como a realidade social é construída e lida, em diferentes lugares e momentos, pressupõe um primeiro passo que diz respeito “às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreensão do real”.

Como o mundo material está submetido a diferentes práticas de significações, a realidade social é instaurada a partir de práticas e categorias de representação. Como constructo social, as representações do mundo social serão sempre determinadas pelos interesses e perspectivas dos grupos que as inventam. Como cada grupo acha que a sua concepção de mundo é mais verdadeira ou abrangente que a do outro, instala-se um campo de disputa no qual quem for mais convincente, ou quem for mais astuto na construção de alianças, conseguirá legitimar sua concepção de mundo, tornando-a hegemônica. Esta luta

enaltecendo a construção de Itaipu, no Paraná se sobressai a contagem regressiva do “Adeus às Sete Quedas”, denunciando incertezas com relação à obra e ao futuro da cidade de Guaíra e de seus habitantes.

¹² Trata-se do trecho de um texto copiado na íntegra de um velho calendário de parede, editado pela Clichepar Editora e Indústria Gráfica Ltda.

é fundamentalmente uma luta pelo poder, pela dominação e será travada também no espaço simbólico.

A *construção de paisagens* pode ser uma das formas pela qual as sociedades projetam no mundo material suas diferentes concepções de mundo. Ao atribuir diferentes significados às paisagens, ao escolher o que é “uma bela paisagem”, as sociedades revelam a visão de sua própria posição neste mundo.

Cosgrove (1998 e 1984) propõe que se aborde a paisagem como um texto cultural que ofereceria múltiplas possibilidades de leitura. Para entendê-la, há de se conhecer a “linguagem” aplicada a ela, isto é, os símbolos e significados que ela contém para aquela cultura. A paisagem também pode ser tratada como um conceito ideológico que representaria um modo pelo qual certos grupos representam a si mesmos e a seu mundo através de relações imaginadas com a natureza, e através da qual eles projetam e comunicam seu próprio papel e o dos outros com respeito à natureza externa. Todas as paisagens seriam, desta forma, simbólicas, porque seriam produtos da apropriação e da transformação humana do ambiente.

O simbolismo da paisagem serviria, então, ao propósito de reproduzir normas culturais e estabelecer os valores de grupos dominantes por toda uma sociedade. Neste sentido, a paisagem da cultura dominante estaria vinculada à estrutura de poder, de dominação, e sua imagem seria aceita como reflexo verdadeiro da realidade de todos.

No caso da barragem de Itaipu, mais precisamente com relação ao desaparecimento de Sete Quedas, pode-se observar como as diversas representações são construídas e de que forma são utilizadas para legitimar o discurso. Se em Guaíra, durante o enchimento do reservatório, o clima era de tristeza e de desolação, comandado por ecologistas e pelos moradores da cidade, em Foz de Iguaçu a emoção era outra. Com direito a uma arquibancada montada, cerca de duas mil pessoas aguardavam ansiosas, aplaudindo e gritando, a abertura de dez comportas da “*maior usina hidrelétrica do mundo*”, um grande espetáculo. Após os discursos dos Presidentes Figueiredo e Stroessner, as comportas foram reabertas ao som de uma sirene e de uma salva de tiros de canhão (JB, 22/09/82).

Assim, para tratar Sete Quedas como objeto cultural, deve-se considerar como ponto de partida pelo menos dois aspectos. O primeiro remete à luta em torno da construção social desta paisagem, a paisagem analisada como um *espaço de embates*. De um lado, o discurso dominante, portador da cultura oficial, representado pelos técnicos do Setor Elétrico que vêm as quedas d’água e os próprios rios como geradores potenciais de energia elétrica. De outro, os grupos e atores sociais que atribuem as Quedas uma valoração

subjetiva, calcada numa representação simbólica que fazem desta paisagem, que vem sendo perpetuada e que motivou este estudo.

No caso da construção de usinas hidrelétricas, as quedas d'água “somente” serviriam para gerar a hidroeletricidade. As águas dos rios se configuram como recurso cuja utilização deve ser a “mais ótima” possível. Por outro lado, a preocupação com o meio ambiente se insere na tentativa de associar interesses econômicos a interesses ecológicos. A evocação da natureza serviria para revestir os interesses (verdadeiramente) particulares de apropriação de recursos materiais territorializados.

Os recursos naturais são, como indica Moore (1996), terrenos que são contestados culturalmente. O cerne da questão é como a distribuição dos recursos, das terras e, em última instância, do próprio poder é feita entre as “minorias” sócio-culturais; como estas lutas são simultaneamente lutas por símbolos culturais.

Este *terreno contestado* se aplicaria, a princípio, a qualquer tipo de conflito, tanto no plano material como no simbólico. Moore (1996) indica que as paisagens são também *terrenos contestados* material e simbolicamente. A simultaneidade dessas lutas aconteceria de fato em paisagens ricas em significados e em recursos produtivos. A contestação destes significados, por outro lado, moldaria o resultado das políticas públicas.

Ao afirmar que o vertedouro de Itaipu com cento e vinte metros de desnível era *mais bonito* do que os sessenta metros de altura dos Saltos das Sete Quedas, o General Costa Cavalcanti marcou sua posição. Do mesmo modo, fez a revista “Popular Mechanics” (1995) ao eleger Itaipu como uma das sete maravilhas do mundo moderno. O “*domínio da natureza*”, a “*capacidade de vencer etapas*”, frases recorrentes nas reportagens de jornais, seriam os *slogans* deste templo moderno chamado Itaipu.

No caso da preservação da paisagem de Sete Quedas, poder-se-ia utilizar como *ordem de justificação* (Thévenot e Lafaye, 1993) aquela que remete a uma ordem estética, em que as paisagens são preservadas por sua singularidade, por um sentimento de harmonia fruto de sua contemplação. Ou ainda, poder-se-ia apelar para a ordem doméstica, em que se ressalta a tradição local, uma determinada forma de existência sócio-econômica localizada, em nome de uma “*natureza natural*”. Estas duas ordens de justificação, entretanto, podem estar tratando a paisagem como “*natureza ordinária*”, exposta, de qualquer forma, à exploração econômica, sob a égide do discurso ecologicamente correto.

O segundo aspecto concerne, pode-se dizer, a uma lei de sobrevivência da cultura que deve ser constantemente reproduzida pelos atores sociais em suas ações: é a prática que garante a sua manutenção e a protege do desaparecimento. Os valores culturais que as

paisagens celebram necessitam, então, ser constantemente reproduzidos para que estas paisagens continuem a ter significado para o grupo.

Assim como a paisagem, a memória coletiva também é um *espaço de embates*. Quando determinado lugar é destruído, destrói-se a base material que sustentava determinada memória e abre-se espaço para a construção e afirmação de uma outra.

Halbwachs (1990), entretanto, ao enunciar que “*não há memória coletiva que não se desenrole num quadro espacial*”, diz que mesmo quando ocorre uma transformação neste quadro espacial, ou mesmo o seu desaparecimento, opera-se uma seleção dos lugares e os relatos passam a se concentrar em determinadas lembranças das paisagens.

Um evento, por exemplo, que ameace a estabilidade do *quadro espacial* pode resultar na mudança ou no desaparecimento do grupo (Halbwachs, 1990). Como costuma ocorrer em outras situações envolvendo outros tipos de intervenção no espaço, a barragem pode se tornar elemento de ruptura dos laços afetivos e materiais do grupo atingido com aquele espaço. Contudo, o estabelecimento de hábitos locais, a compreensão comum dos símbolos e significados transmitidos pelos objetos de memória, por exemplo, uma paisagem, e pelas noções de comunhão que os membros do grupo compartilham, ao se reconhecerem em tradições e valores socialmente aceitos como válidos, funcionam como uma resistência à transformação. A memória se organiza, portanto, em torno de um acontecimento fundador. Os fatos anteriores ou posteriores vão ser assimilados a este acontecimento, ou esquecidos.

A memória coletiva é um conjunto de lembranças construídas socialmente e referenciadas a um conjunto que transcende o indivíduo. A capacidade de lembrar é determinada pela aderência do grupo a um espaço que foi compartilhado por essa coletividade durante um certo tempo. Os indivíduos se encontram próximos no espaço e isto lhes permite estabelecer relações sociais.

Ao definir o que é comum ao grupo e o que o diferencia dos demais, a memória fundamenta e reforça esses sentimentos de pertencimento. Tal coesão é realizada pela adesão de um grupo a uma “*comunidade afetiva*” (Halbwachs, 1990), estabelecida através de um processo de conciliação entre memória individual e coletiva. Esta conciliação é alcançada pela preservação de determinadas lembranças, transmitidas de geração a geração, de objetos preciosos, ou pela manutenção de certos costumes como a visita aos lugares.

Neste sentido, como já anunciado, os monumentos, as paisagens que nos acompanham e que nos fazem relembrar costumes e tradições são *lugares de memória*,

segundo Nora (1984). Os *lugares de memória* vivem, portanto, dos significados que lhes são atribuídos.

Car s'il est vrai que la raison d'être fondamentale d'un lieu de memoire est d'arrêter le temps, de bloquer le travail, de l'oubli, de fixer un état des choses, d'immortaliser la mort, de matérialiser l'immatériel pour (...) enfermer le maximum de sens dans le minimum des signes, il est clair, et c'est ce qui les rends passionantes, que les lieux de memoire ne vivent que de leurs significations et lê buissonnement imprévisible de leurs ramifications (Nora, 1984: 35).

Mas

a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (Le Goff, 1996).

Alguns indivíduos e certos grupos, porém, podem insistir em “*venerar justamente aquilo que os enquadadores de uma memória coletiva em um nível mais global se esforçam por minimizar ou eliminar*” (Pollack, 1989).

À *memória oficial* se opõe a essa *memória subterrânea* que aflora em momentos de crise, levando ao conflito e à competição entre estas memórias concorrentes. O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história, material que é interpretado e combinado de acordo com os interesses dominantes. Além da produção de discursos organizados em torno de acontecimentos e de grandes personagens e proferidos somente por indivíduos autorizados, este trabalho de enquadramento também é realizado a partir de objetos materiais como monumentos e museus (Pollack, 1989).

Configura-se, portanto, um quadro que se caracteriza por diferentes lógicas de apropriação daquele espaço – os Saltos de Sete Quedas. Por um lado, temos um espaço econômico aproveitado para a geração de energia elétrica, cujo discurso encontra-se fundamentado na modernidade, no progresso, no desenvolvimento. Por outro, temos um espaço cultural – uma paisagem simbólica –, cujos valores devem ser constantemente reproduzidos, através da memória coletiva, para continuarem a ter significado. É através da reprodução desta memória que o passado se perpetua e ainda vive na consciência coletiva, permitindo entender as relações sociais que determinado grupo estabeleceu em torno daquele lugar e que podem levar, ou não, à sua “supervalorização”, remetendo, ainda, à construção da identidade do grupo.

As camadas da paisagem

Bachelard (2000) compara a memória a um armário, um armário de lembranças. A memória dos guairenses – uma *memória subterrânea* – trouxe à tona o relato de imagens, acontecimentos, a própria experiência de vida dos entrevistados, lembranças de um passado que o lago de Itaipu tenta manter submerso. Mergulhar no lago de Itaipu é procurar revelar a memória sobre Sete Quedas: suas imagens, os acontecimentos, o dia-a-dia de um tempo passado, tido como “melhor”, foram sendo, pouco a pouco, relatados. As fotografias foram sendo desempacotadas, saíram dos álbuns, das gavetas. Através delas, reconstituiu-se o Parque Nacional das Sete Quedas, o caminho pelas pontes pênséis, o banho nas piscinas formadas pelas cheias do “Paranazão”, a neblina e o arco-íris formados pelas águas que caíam das cataratas. Emergiram os momentos de angústia e de ansiedade, as incertezas que pairaram sobre Guaíra por cerca de vinte anos, sentimentos de injustiça ainda não totalmente cicatrizados ... Neste artigo são destacados alguns dos trechos dos depoimentos da Sra. Yoshiko Matsuyama (Dona Geny) e do Sr. Carlos Loyola.

Dona Geny¹³ nasceu em Los Angeles e chegou com o marido a Guaíra em 1957, que veio trabalhar como corretor para a Companhia Mate Laranjeiras. Na ocasião do trabalho de campo, Dona Geny trabalhava com comércio, era dona da Casa Primavera. Nos fundos de sua loja, uma amostra do que foi o Museu Sete Quedas, de propriedade da família: bichos da região empalhados, centenas de fotografias e recortes de jornais. “*Se precisar de alguma coisa, assim, de antigo que queira saber, mais ou menos, é só acertar na época que nós acharemos*”.

Pode-se dizer que ela é a “memória viva” de Guaíra. Todos a conhecem, todos a ouvem contar a história de Guaíra, a história de Sete Quedas.

Então, todas as coisas que tem de história, eu recebia, eu guardei tudo (...) Eu guardo toda a história ... Vou contando a história até agente acabar. Os acontecimentos, né? Eu gosto de relatar assim. Porque se não, vai indo, vai indo não tem mais história para contar (...) Então, cada vez que a gente toca nessas coisas, são coisas que revive, assim, o passado e com isso que eu gosto.

Já com os álbuns e as caixas de fotografias abertas, D. Geny explica: “*Com a fotografia, a gente lembra e dá, assim, para fazer toda a explicação dos fatos. Mas se não tivesse as fotografias, a gente esquece, sabe? Não dá para guardar tudo o que acontece*”.

¹³ Depoimento colhido em 28/11/2000, na Casa Primavera, Guaíra.

Mostrando o álbum comemorativo de Sete Quedas, ela relembra os passeios: *“É lindo, né? (...) Mas como era bonito, mesmo. Antigamente eu tinha tempo, sábado, domingo, depois que fechava a loja. A senhora do Comandante convidava a gente pra ir nas ilhas e aí na volta, quase o sol escondendo, a hora que nós voltávamos”*.

Desde sua chegada, Dona Geny acompanhou o interesse que o potencial energético de Sete Quedas despertou: *“Assim como teve os japoneses, os russos também vieram (...) Ele que fez a usina de Assuã”* (apontando um das fotografias).

Mesmo acompanhando os “fatos”, não havia, contudo, clareza do que iria acontecer: *“Olha, o comandante Lauri falou: ‘Olha, a senhora espera até 71. 70 a 71 vai ser definido. Se depois disso não saiu, se até lá não sair, então não sai mais’. E o meu sobrinho falava que Guaíra ia virar ilha, era outro. Mas eu falei: ‘Como que ia virar ilha?’ (...) E depois outros me falavam de um jeito, de outro. Vinha notícia de fora, não daqui. Então, eu e o meu marido esperávamos até 71”*.

Sobre a decisão do afogamento de Sete Quedas, Dona Geny relembra a expectativa das vésperas do acontecimento, relembra, também, o sentimento de medo:

Eu já contei num jornal. É que a gente não sabia que, nós esperamos até o último instante com a esperança de que ia ser salva porque achamos tamanho estrago que, pensei que no fim, estivessem diminuindo a altura da usina, da Itaipu, qualquer coisa para salvar. Então, nós estávamos meio tranquilos, estávamos aceitando aquilo lá, mas com a esperança de salvação. Não deu tempo de manifestar e não podia.

A época era a da ditadura. Dona Geny reflete sobre o desaparecimento das Quedas e conclui: *“Depois na reportagem foi por causa do limite do Paraguai. Que o limite vinha mais pra cá, então não queria, não queria fazer pra depois não dá encrenca e começar outra vez discutir a área, essa coisa, então fez pra lá. Isso que é a causa”*.

Os sentimentos de dor e de perda vão aflorando:

É dolorido, então por isso eu venho guardando todo o acompanhamento do acontecimento (...) O desaparecimento é muito assim, é condenação. É que nem o Tiradentes. O enforcamento de Tiradentes é mais ou menos parecido com Sete Quedas: predestinado, não quis saber, vamos matar e pronto. Foi assim.

Cidadã honorária de Guaíra, Dona Geny faz parte da história da cidade, parte da história da perda de Sete Quedas. Do alto de sua “autoridade” ela relembra: *“Aqui também estou, em cima da balsa, quando o Miguel Proença veio tocar o piano. Sabe? Naquela hora eu falei que a tecnologia tá avançando, então, logo, logo e que não precise mais da Itaipu então que as Sete Quedas ia aparecer. Falei. Um fel em cima do doce”* (risos).

Do depoimento do Sr. Carlos Loyola¹⁴ destacam-se as manifestações contra o alagamento e sua repercussão na cidade:

Não repercutia porque, principalmente, aqui como era fronteira, Área de Segurança Nacional, aqui ninguém ousava (...) As pessoas estavam acostumadas, essa cultura, mais ou menos, do ficar quietinho, ninguém se manifestava. Inclusive as pessoas daqui que participaram da articulação, do manifesto, do acampamento ecológico (...) Antes disso eu não lembro de nada.

Quanto aos Saltos de Sete Quedas, alguns trechos revelam o significado particular que esta paisagem possuía na vida dos guairenses:

Tinha uns lugares que não eram visitados por turistas (...) Só pela gente (...) Tem coisas assim curiosas, né?, de pessoas assim, a parte folclóricas, de pessoas mais antigas que eram muito ligadas às Sete Quedas, que viviam lá dentro do Parque (...) Tinha uma coisa assim, quando o tempo mudava, ia chover, o barulho das Sete Quedas ficava mais intenso (...) Aí, tinham pessoas que sonhavam com o barulho, que chegavam a escutar e choravam depois de desaparecidas as Sete Quedas.

Como Halbwachs coloca: *“Cada aspecto, cada detalhe desse lugar em si mesmo tem um sentido que é inteligível apenas para os membros do grupo”* (Halbwachs, 1990: 133).

Considerações Finais

As fotos dos Saltos ainda decoram a lanchonete, o hotel, o escritório de contabilidade, o próprio Centro Administrativo Municipal de Guaíra. Estão à venda na loja de material fotográfico para quem quiser comprá-las. Além dos painéis fotográficos, a lembrança permanece no nome da borracharia logo na entrada da cidade, no nome do hotel na avenida principal. Sete Quedas também foi o motivo da Semana de Consciência Ecológica, evento que marcou os dezoito anos de seu desaparecimento no fim de novembro de 2000. *“Uma paisagem invisível condiciona a paisagem visível”* (Calvino, 2000: 24).

Quando o assunto é Sete Quedas todos se aproximam, todos têm algo a dizer. Lembrar como eram, a quantidade de pessoas que chegava para visitá-las, o burburinho na cidade, o barulho da precipitação das águas que ecoava pelas ruas, as diferenças com as Cataratas de Foz do Iguaçu. Lembrar a época do regime militar, como as notícias e as

¹⁴ Depoimento colhido em 29/11/2000.

incertezas eram compartilhadas, os movimentos contrários ao afogamento, o que era discutido nas rodas de conversa e mesmo dentro da sala de aula. Lembrar ...

Para alguns autores, Itaipu foi uma solução política encontrada para o impasse diplomático representado pela indefinição da fronteira entre Brasil e Paraguai, no trecho do rio Paraná, na altura da cidade de Guaíra. O Brasil queria crescer e precisava de energia elétrica, o Paraguai também.

A crise econômica mundial vivenciada na década de 80 também pode servir como respaldo para a construção de grandes projetos, como Itaipu, na América Latina. O endividamento externo e a recessão generalizada no nível local passam a definir uma nova perspectiva para o Estado, em que ele é obrigado a redefinir o conjunto de prioridades concretas e escalas dos empreendimentos (Laurelli, 1987).

Mas Itaipu também é de um tempo em que os movimentos sociais estavam começando a se organizar. Germani (1982) acompanhou o conflito gerado pela implantação da usina hidrelétrica e o processo de gestação do Movimento Justiça e Terra, responsável pela organização dos cerca de 40.000 atingidos de Itaipu.

Mobilizados com o apoio das Igrejas Católica e Luterana, a partir de 1978, a população reagiu e se organizou frente às soluções propostas pelo Estado, representado pela Itaipu Binacional. Essa resistência organizada dos “*expropriados de Itaipu*” constituiu-se numa das primeiras experiências que marcariam os conflitos gerados pela implantação de outras hidrelétricas no Brasil durante as décadas de 80 e 90.

Os movimentos contrários ao afogamento de Sete Quedas só aconteceram quando não havia mais nada a fazer. O Quarup, movimento de “Adeus a Sete Quedas”, realizado em julho de 1982, a Ação Civil Pública proposta por uma advogada carioca, contudo, não foram em vão. Mesmo isolados, ainda que tardios, esses movimentos foram importantes porque contestaram e mostraram o lado não revelado de Itaipu com relação a Sete Quedas.

Quanto aos Prefeitos da região, aceitaram sem questionar a obra. O Prefeito de Guaíra, que era Área de Segurança Nacional, foi o mesmo por 21 anos. A não luta dos guairenses, portanto, é sempre justificada pela época do regime militar. Em nome do progresso, a cidade perdeu o seu maior bem. Perdeu uma fonte de recursos mas perdeu também o barulho das quedas que se intensificava quando o tempo ia mudar, perdeu o arco-íris que se formava nos Saltos, perdeu um espaço onde os guairenses se reuniam e aproveitavam suas horas de lazer, perdeu, também, o burburinho da cidade que se animava com a chegada de turistas.

Desde o início dos estudos para o aproveitamento do potencial energético do médio Paraná, Guaíra e Sete Quedas foram sendo desqualificadas, como os colonos atingidos por Itaipu: a propaganda intensiva, mostrando a importância da usina para o desenvolvimento do Brasil implicava na necessidade do sacrifício de alguns. Quem não se dispusesse a esse “sacrifício”, corria o risco de não ser considerado patriota (Germani, 1982).

O abandono da cidade, a falta de estrutura para atender aos turistas foram destaques no trabalho da Comision Mixta Tecnica Paraguay – Brasileña. (ANDE – Eletrobras, 1972). Segundo este estudo, o número de visitantes era relativamente pequeno devido às condições precárias das estradas de acesso às margens do rio. O turismo foi classificado como rudimentar. Dez anos depois, um dirigente brasileiro da Itaipu Binacional diria que o vertedouro da usina seria um belo substituto a Sete Quedas.

O turismo em Guaíra, de certo, não era tão explorado e desenvolvido como o de Foz do Iguaçu. O Parque Nacional de Sete Quedas não recebia tratamento e nem investimentos adequados. Diz-se que as pontes pênsis foram construídas pela própria população.

Na implantação de empreendimentos como os do Setor Elétrico, terras, imóveis e outros bens materiais são indenizados. Há certas perdas, entretanto, que não conseguem ser mensuradas economicamente: o rompimento de laços de vizinhança, por exemplo, ou mesmo o rompimento entre uma comunidade e determinados objetos eleitos por ela como elementos de sua cultura e que são, portanto, representativos de sua identidade. São os “*impactos impagáveis e inapagáveis* (sic)”¹⁵.

Estar diante da história que envolve o desaparecimento de Sete Quedas é estar diante de uma perda irreparável. A dita indenização que muitos dos guairenses reclamam, eles sabem, não trará de volta a vida que Guaíra tinha e muito menos a que poderia ter; não trará de volta o orgulho por pertencer à cidade que *tem* Sete Quedas¹⁶.

O sentimento que permeia os depoimentos dos guairenses, e que já foi algumas vezes enunciado por outros autores, continua a ser um sentimento de lamentação. Eles lamentam a perda de Sete Quedas, muito embora alguns insistam em dizer que esta fase já passou. Mas essa lamúria aparece revestida sob muitas formas: colocar a culpa pela estagnação da

¹⁵ Assim se manifestou o Sr. João Paulo Aguiar, representante da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, na abertura do 1º Seminário Brasileiro de Meio Ambiente e Responsabilidade Social no Setor Elétrico, promovido pelo CIGRÉ-Brasil, em Recife, em novembro de 2004.

¹⁶ As quedas d’água costumam ser cartões postais de cidades, transformando-se em verdadeiros símbolos e fazendo com que essas cidades sejam conhecidas por essas “bezas naturais”. Uma visita rápida aos *sites* de diversos municípios do Paraná corrobora essa afirmação: aqueles municípios “presenteados” com cachoeiras, estampam na primeira página essas fotos.

pequena cidade no desaparecimento de Sete Quedas e, ao mesmo tempo, pleitear uma indenização por este desaparecimento.

Guaíra é um dos municípios que recebem os *royalties* previstos pelo Tratado de Itaipu¹⁷. Desde que o pagamento foi iniciado em janeiro de 1991, até o fim de 2001, foram pagos no total US\$1,91 bilhão. Deste montante, US\$1,51 bilhão foram pagos aos municípios lindeiros. Guaíra recebeu US\$28 milhões neste período. A Itaipu Binacional argumenta que os benefícios sociais da implantação da usina foram ampliados com esse pagamento, uma vez que as municipalidades não obteriam o mesmo valor monetário através do desenvolvimento econômico das áreas inundadas. Isto os tornaria uma importante fonte de recursos para os municípios, a ponto de Itaipu Binacional divulgar a estimativa do repasse para o novo ano fiscal com meses de antecedência de forma que os prefeitos incluam os valores nas propostas orçamentárias. No caso de Guaíra, os *royalties* equivalem a 62% de sua arrecadação (Ventura Filho, 1999). Serviriam os *hidro-dólares* como uma compensação pela perda de Sete Quedas?

As evidências da cidade que um dia teve Sete Quedas ainda permanecem ... Guaíra não precisa contar seu passado, *“ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raio, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras”* (Calvino, 2000: 15). E as evidências não permanecem somente materializadas. Permanecem, por exemplo, em versos que continuam a ser feitos em louvor a Sete Quedas.

No processo de manutenção da memória, o lugar conferido aos poetas é de destaque. *“Quando passamos dessas imagens iluminadas para imagens que insistem, que nos obrigam a lembrar-nos mais longe em nosso passado, os poetas são nossos mestres”* (Bachelard, 2000: 70). Assim acontece também com o reservatório de Ladybower, construído entre 1935-45, na Inglaterra, e que fez submergir dois vilarejos. Durante algum tempo, a torre de uma das igrejas ficou à mostra, como uma ilha. Para os antigos habitantes, a torre simbolizava a perda de sua identidade local pois a igreja era não só o centro de atividades religiosas como também de atividades sociais. Em 1947, tomou-se a decisão de implodir a torre. Em 1991, foi pedido às crianças de uma escola primária a duas

¹⁷ Critérios de distribuição definidos pelo Decreto Federal nº 1, de 11/01/1991 e alterados pela Lei nº 9.433 de 8 de janeiro de 1997, institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o Inciso XIX do Art.21 da Constituição Federal, e Altera o Art.1 da Lei n. 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei n. 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

milhas do reservatório que retratassem lugares da região para um calendário da cidade. Foi incluído na publicação um desenho a lápis que representava a torre da igreja de Derwent. *“It is clear that the tower, together with this symbolic association with traditional rural society, although long destroyed, continues to be a part of the cultural landscape and local identity of the region.”*¹⁸ (Cosgrove et al, 1996: 543).

Talvez a poesia, as fotos penduradas nas paredes, o nome da borracharia sejam maneiras mais sutis de quebrar o silêncio tão característico da memória subterrânea. Ao que parece, esse embate entre memórias também é reproduzido localmente, entre as “autoridades governamentais” locais e a população. O embate que se trava é entre a permanência dos Saltos de Sete Quedas como referencial de identidade para os habitantes de Guaíra, e cuja sobrevivência está fundada na rotina, no cotidiano desses habitantes, e a tentativa de fazer com que o lago de Itaipu seja não só algo que recupere a vida que a cidade um dia teve, ou que poderia ter tido, mas um novo marco para o município.

Lida como uma paisagem cultural, Sete Quedas representa *“o acúmulo, através da memória (...), das expressões e associações culturais que se definem sobre o espaço geográfico e que são a base do ser social das pessoas”* (Holzer, 1999: 165). A paisagem, portanto, *“compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rochas”* (Schama, 1996: 17).

E é essa *“conversão da paisagem em portadora de memória”* (Schama, 1996: 66) que permite afirmar Sete Quedas como portadora de uma aura simbólica, objeto de um ritual. *“Ainda que tudo mude na terra e na água, com certeza no futuro sempre haverá alguém para olhar o rio Paraná e perguntar: ‘Em que lugar ficavam as Sete Quedas?’”* (A Folha de Londrina, 18/10/1987).

Bibliografia

BACHELARD, G. *A Poética do Espaço*. SP: Martins Fontes, 2000.

BERMAN, M. *Tudo o que é sólido desmancha no ar*. SP: Companhia das Letras, 1999.

BOURDIEU, P. “Espaço social e gênese das ‘classes’”. In: *O Poder Simbólico*. RJ, Bertrand Brasil, 1998.

CALVINO, Í. *As cidades invisíveis*. SP: Companhia das Letras, 2000.

¹⁸ “Está claro que a torre, assim como sua associação simbólica com a sociedade rural tradicional, apesar de há muito tempo destruída, continua a ser parte da paisagem cultural e da identidade local da região”.

- CASSIRER, E. *Ensaio sobre o homem. Introdução a uma filosofia da cultura humana*. SP: Martins Fontes, 1994. pp. 9-94.
- CHARTIER, R. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: _____. *A História Cultural – entre práticas e representações*. RJ: DIFEL, 1990.
- CLAVAL, P. A Geografia Cultural: o estado da arte. In: ROSENDAHL, Z; CORRÊA, R. L. (Org.). *Manifestações da cultura no espaço*. RJ: EdUERJ, 1999. (Série Geografia Cultural).
- COMISION MIXTA TECNICA PARAGUAYO – BRASILEÑA. ANDE – ELETROBRAS. *Estudio del rio Parana. Apéndice F – Otros usos múltiples. Apéndice G – Estudios Anteriores*. 1972.
- COSGROVE, D. A Geografia está em toda a parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. *Paisagem, tempo e cultura*. RJ: EdUERJ, 1998. p. 92-122.
- _____. An elemental division: water control and engineered landscape. In: COSGROVE, D. e PETTS, G. *Water, Engineering and Landscape – Water control and landscape formation in the modern period*. London: Belhaven Press, 1990.
- _____. *Social formation and symbolic landscape*. London; Sydney: Croom Helm, 1984.
- COSGROVE, D., ROSCOE, B. e RYCROFF, S. “Landscape and identity at Ladybower Reservoir and Rutland Water”. *Transactions*. Institute of British Geographers, 21(3), 1996.
- GERMANI, G. *Expropriados de Itaipu: o conflito Itaipu x colonos*. 1982. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- HALBWACHS, M. *A Memória Coletiva*. SP: Vértice, 1990.
- HOLZER, W. Paisagem, imaginário, identidade: alternativas para o estudo geográfico. In: CORREA, Roberto L.; ROSENDAHL, Z. *Manifestações da cultura no espaço*. RJ: EdUERJ, 1999. p. 149-168.
- LAURELLI, E. Los Grandes Proyectos: estrategias de desarrollo y transformación del territorio. *Cuadernos CEUR. Los Grandes Proyectos y el espacio regional. Presas hidroeléctricas y el sistema decisional*. n.º 19, Buenos Aires, 1987.
- LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas: Ed.UNICAMP, 1996.
- McCULLY, P. *Silenced Rivers. The ecology and politics of large dams*. London; New Jersey: Zed Books, 1996.

- MOORE, D. Marxism, culture and political ecology. In: PEET, R.; WATTS, M. (ed). *Liberation ecologies – environment, development and social movements*. New York, Routledge, 1996. p. 125-141.
- NORA, P. Entre Memóire et Histoire. La problématique des lieux. In: _____. *Les lieux de Memóire*. Paris: Gallimard, 1984, v. I.
- PAULA, Dilma A. *A cidade submersa - o processo de destruição de São João Marcos (1930 - 1945)*. Dissertação. (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 1994.
- PEREIRA, O. D. *Itaipu – pros e contras*. RJ: Ed. Paz e Terra, 1974.
- POLLAK, I. Memória, Silêncio e Esquecimento. *Estudos Históricos*, RJ, v. 2, n. 3, 1989.
- RODRIGUES, Cristiane M. Cidade, Monumentalidade e Poder. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 9, 2001, Rio de Janeiro (RJ). *Ética, planejamento e construção democrática do espaço*, anais. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001.
- RODRIGUES, Cinthya. M. C. *Águas aos olhos de Santa Luzia*. Um estudo de memória sobre o deslocamento compulsório de sitiantes em Nazaré Paulista (SP). SP: Ed. UNICAMP, 1999.
- SAHLINS, M. Cultura e Razão Prática: dois paradigmas da teoria antropológica. In: *Cultura e Razão Prática*. RJ: Zahar, 1994.
- SCHAMA, S. *Paisagem e Memória*. SP: Companhia das Letras, 1996.
- SOARES, D. F. Paisagem e Memória: um mergulho no lago de Itaipu em busca dos Saltos de Sete Quedas. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 10, 2003, Belo Horizonte (MG). *Encruzilhadas do planejamento: repensando teorias e práticas*, anais. Belo Horizonte: ANPUR, 2003. (Disponível em CD-ROM).
- _____. *Paisagem e Memória: dos Saltos de Sete Quedas ao Lago de Itaipu*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2001.
- _____. *A cidade do lago*. São João Marcos e o reservatório de Ribeirão das Lages, RJ. RJ, Instituto de Geociências, Depto. de Geografia/UFRJ (Monografia de Graduação), 1997.
- THÉVENOT, L. e LAFAYE, C. “Une justification écologique? Conflits dans l’aménagement de la nature”. *Revue Française de Sociologie*. XXXIV, 1993, pp. 495-524.
- VENTURA FILHO, A. *Itaipu: a binational hydroelectric power plant, its benefits and regional context*. Submission à Comissão Mundial de Barragens, apresentado na Consulta Regional da América Latina, SP, agosto de 1999.